

dos em língua portuguesa (Portugal e Brasil) dos quais se destacam *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectivas Feministas Críticas na Psicologia Social, e Cidadania*. Construção de novas práticas em contexto educativo assim como de inúmeras publicações em revistas (nacionais e internacionais) sobre a temática dos Estudos de Género, Sexualidades e Feminismos. Email: croqueira@fpce.up.pt.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES, DE GÉNERO E FEMINISTAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XXI: CONQUISTAS, DESAFIOS E PARADOXOS

Maria do Mar Pereira

Resumo

Desde a viragem para o século XXI, têm-se registado mudanças profundas e muito significativas na institucionalização dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas em Portugal. No entanto, essas mudanças têm produzido efeitos assimétricos e contraditórios, gerando tanto avanços como retrocessos, e suscitando questões urgentes sobre a sustentabilidade e futuro da área. Este artigo descreve e analisa essas conquistas e desafios, recorrendo a material empírico recolhido entre 2008 e 2009 através de observação participante de eventos académicos em várias disciplinas e instituições, e 36 entrevistas com um conjunto diversificado de académicas/os e estudantes dentro e fora dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas.

Palavras-chave: Estudos sobre as mulheres, estudos de género, estudos feministas, academia.

“O universo é muito mais complicado do que podemos imaginar, mesmo se tivermos como ponto de partida a crença de que ele é mesmo muito complicado.”

*The Hitchhiker's Guide to the Galaxy*¹

¹ Douglas Adams, *Mostly Harmless*, Vol. 5 de *The Hitchhiker's Guide to the Galaxy*, New York, Harmony, 1992.

Passadas várias décadas desde a emergência dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas (EMGF)² em Portugal e num momento de profunda transformação do panorama científico nacional e internacional, é fundamental fazer um balanço crítico do estado atual da sua institucionalização no nosso país. Mas efetuar essa análise é mais difícil do que poderá parecer à primeira vista. As transformações que se têm verificado nos últimos anos são complexas e as narrativas que circulam sobre a história recente da institucionalização dos EMGF são diversas, díspares e frequentemente contestadas. Como tal, avaliar o passado e equacionar o futuro dos EMGF em Portugal exige desconstruir a “ilusão de linearidade”³, contrapor narrativas e explorar paradoxos. Neste artigo, procuro fazer isso mesmo, recorrendo a material empírico recolhido num projeto de investigação sobre o estatuto epistémico⁴ dos EMGF em Portugal, no âmbito do qual realizei (entre 2008 e 2009) observação etnográfica em

² Em Portugal e no estrangeiro, existe intenso debate sobre a designação da área, como demonstram Virgínia Ferreira, “Estudos sobre as Mulheres em Portugal: a Construção de um Novo Campo Científico” in *ex aequo*, 5 (2001), pp. 9-25; Clare Hemmings, “The Life and Times of Academic Feminism” in *Handbook of Gender and Women's Studies*, Kathy Davis, et alii (eds.), London, Sage, 2006; Maria José Magalhães, “Dez Anos da APEM: Percorrer as Vozes, Significar os Percursos” in *ex aequo*, 5 (2001), pp. 27-68; Maria Beatriz Nizza da Silva, “Os Estudos sobre as Mulheres: a Difícil Interdisciplinaridade” in *ex aequo*, 1 (1999), pp. 29-32; Manuela Tavares, *Feminismos em Portugal*, Lisboa, Texto Editora, 2011; “Editorial” in *ex aequo*, 1 (1999), pp. 5-10. É uma questão com implicações conceituais, teóricas, políticas, estratégicas, institucionais, e desempenha um papel importante na definição e negociação de afinidades e diferenças dentro da área. Embora reconheça a complexidade desta questão, não posso analisá-la neste artigo. (Para uma discussão empírica focada no caso português, ver Ferreira, *Pushing the Boundaries of Knowledge: An Ethnography of Negotiations of the Epistemic Status of Women's, Gender, Feminist Studies in Portugal*, Tese de Doutoramento, London School of Economics, 2011.) De forma a visibilizar essa complexidade e designar a área de modo inclusivo, uso este termo, que agrega as três versões mais comuns do nome.

³ Virgínia Ferreira, “Estudos sobre as Mulheres em Portugal: a Construção de um Novo Campo Científico” in *ex aequo*, 5 (2001), pp. 9-25, p. 15.

⁴ Por estatuto epistémico, entendo o grau e termos em que o conhecimento produzido numa área é reconhecido dentro e fora da academia como apropriadamente científico, válido e relevante. Para saber mais sobre esta conceitualização do termo e o quadro teórico que lhe serve de base (uma articulação de epistemologia feminista, do trabalho de Foucault, e propostas teóricas dos Estudos sobre Ciência e Tecnologia), ver Ferreira, “The Epistemic Status of Women's, Gender, Feminist Studies: Notes for Analysis” in *The Making of European Women's Studies*, Berkeke Waaldijk, et alii (eds.), Utrecht, ATHENA, 2008; “Feminist Theory is Proper Knowledge, But...”: The Status of Feminist Scholarship in the Academy” in *Feminist Theory*, 13, n.º 3 (2012), pp. 283-303.

mais de 50 eventos académicos nas ciências sociais e humanidades (congressos, conferências, aulas, lançamentos de publicações, reuniões), 36 entrevistas (com académicas/os dentro e fora dos EMGF, estudantes, e representantes de entidades científicas), e pesquisa em arquivos. Considerando que o difícil e complexo processo de institucionalização dos EMGF em Portugal até 2000 está já extensamente documentado em obras de referência⁵ e relatórios para organizações internacionais⁶, foco-me no período após a viragem para o séc. XXI. O objetivo é identificar as conquistas e desafios que caracterizaram esse período, e os paradoxos que geraram quanto à posição e estatuto dos EMGF.

EMGF em Portugal no séc. XXI: Transformação Intensa mas Ambivalente

Os EMGF surgiram enquanto área de estudos em Portugal durante a década de 1980. Trata-se de uma emergência relativamente tardia no contexto europeu, que foi direta e negativamente afetada pelos constrangimentos impostos pelo Estado Novo à expansão da investigação científica nas ciências sociais e humanidades e ao desenvolvimento de mobilização e pensamento feminista⁷. A década de 1990 foi um período de clara aceleração da sua institucionalização: registou-se não só a criação de importantes grupos de investigação, programas de estudos pós-graduados e revistas científicas, mas também um significativo aumento e diversificação

⁵ Por exemplo, os números especiais da *ex aequo* (n.º 5: 2001 e n.º 6: 2002) com o tema “A Construção dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal”, editados por Virgínia Ferreira et alii.

⁶ Para o projeto SIGMA, Maria Irene Ramalho, *Women's Studies in Portugal*, Oficina do CES, 52, Universidade de Coimbra, 1995; para WISE, Helena Costa Araújo, “Portugal” in *European Women's Studies Guide II*, Claudia Kropp (ed.), Utrecht, *Women's International Studies Europe*, 1997, e para ATHENA, Irene Vaquinhas, “Gender Studies in Portugal: the Case of the University of Coimbra” in *Women's Studies: From Institutional Innovations to New Job Qualifications*, Nina Lykke, et alii (eds.), ATHENA, 2001.

⁷ Lígia Amâncio, “O Género nos Discursos das Ciências Sociais” in *Análise Social*, XXXVIII, n.º 168 (2003), pp. 687-714; Teresa Joaquim, “Os Estudos sobre as Mulheres em Filosofia” in *ex aequo*, 5 (2001), pp. 69-107; “Feminismos, Estudos sobre as Mulheres, ou «Para Onde Vai Este Barco?»” in *O Longo Caminho das Mulheres*, Lígia Amâncio, et alii (eds.), Lisboa, Dom Quixote, 2007; Maria do Mar Pereira, *Pushing the Boundaries of Knowledge: An Ethnography of Negotiations of the Epistemic Status of Women's, Gender, Feminist Studies in Portugal*, Tese de Doutoramento, London School of Economics, 2011; Teresa Pinto, “História das Mulheres e do Género: Uma Progressiva Presença Institucional de Dúbia Legitimação Académica” in *ex aequo*, 16 (2007), pp. 141-66; Manuela Tavares, *Feminismos em Portugal*, Lisboa, Texto Editora, 2011.

ção das teses e livros produzidos. Textos e comunicações de EMGF ganharam também maior presença e projeção em publicações e conferências das chamadas disciplinas “tradicionais” ou “mainstream”⁸. Um exemplo que ilustra particularmente bem a extensão desta transformação é-nos dado por Fernanda Henriques e Teresa Pinto⁹, na sua análise do desenvolvimento da investigação sobre género em ciências da educação. As autoras constataram que 62% das conferências em ciências da educação organizadas em Portugal entre 1990 e 2000 incluíram pelo menos uma apresentação sobre temas relacionados com EMGF; na década anterior, o mesmo indicador teve o valor de 0%.

O período pós-2000 foi caracterizado – embora não em todos os locais e a todos os níveis – por uma consolidação da institucionalização dos EMGF. Uma das minhas entrevistadas, uma académica sénior¹⁰, explicou que “tenho sentido quase uma sensação de vertigem, tudo tem mudado muito depressa. (...) Esta área veio do zero, e é espantoso o interesse que vejo agora por essas questões”¹¹. Outra académica sénior argumentou que “já há um ambiente [de maior aceitação dos EMGF], mas é um ambiente que não tem mais que 5, 6 anos. Sinto que o ambiente agora é diferente (...) em termos de discurso: fala-se mais [sobre EMGF], há mais visibilidade”.

⁸ Para revisões e estatísticas, ver Helena Costa Araújo, “Há já Lugar para Alguém Mapeamento nos Estudos sobre Género e Educação em Portugal?” in *Investigar em Educação*, 1 (2002), pp. 101-46; Sandra Mestre da Cunha, *Quem Estuda o Quê em Portugal: Uma Análise da Produção Sociológica Portuguesa numa Perspectiva de Género*, CIES e-Working Paper, 51, 2008; Fernanda Henriques et alii, “Educação e Género: Dos Anos 70 ao Final do Século XX. Subsídios para a Compreensão da Situação” in *ex aequo*, 6 (2002), pp. 11-54; Diana Maciel, *Género na Sociologia Portuguesa*, CIES e-Working Paper, 92, 2010; Elisabete Rodrigues, *O Lugar do Género, dos Homens e das Mulheres na Sociologia Portuguesa: uma Análise a Partir da Associação Portuguesa de Sociologia e seus Congressos*, CIES e-Working Paper, 64, 2009.

⁹ Fernanda Henriques et alii, “Educação e Género: Dos Anos 70 ao Final do Século XX. Subsídios para a Compreensão da Situação” in *ex aequo*, 6 (2002), pp. 11-54.

¹⁰ Utilizo “académica/ o sénior” para designar pessoas que, à altura do trabalho de campo, ocupavam posições académicas pagas a tempo completo, e tinham concluído doutoramento há mais de 5 anos. O termo “académica/ o júnior” identifica entrevistadas/os que não tinham posições académicas pagas a tempo inteiro e/ ou não eram doutoradas/os ou tinham obtido o grau de doutor/ a há menos de 5 anos.

¹¹ Recorro to italicização para identificar citações transcritas a partir de gravação, e que portanto aparecem exatamente como enunciadas pelas/os participantes. As citações de afirmações que não foram gravadas e são reconstituídas a partir de notas de campo são apresentadas sem italicização.

Teresa Joaquim argumenta que a construção dos EMGF em Portugal “não têm sido fácil nem linear”¹² desde o seu início, mas produzir uma descrição linear das transformações que ocorreram na área desde 2000 é particularmente difícil, por várias razões. Em primeiro lugar, existem cada vez mais núcleos de ensino e investigação em EMGF, cada um com um ritmo e perfil de institucionalização particular. Em segundo lugar, muitas das transformações estão em curso, o que significa que são mais difíceis de avaliar e não existe ainda um conjunto consolidado e amplamente partilhado de narrativas sobre essa história recente, ao contrário do que acontece relativamente ao período pré-2000¹³. Conscientes de todos estes fatores, as/os académicas/os que entrevistei hesitam na sua avaliação do valor, impacto e significado dos mais recentes desenvolvimentos, como demonstrarei abaixo.

Muitas destas transformações são uma continuação de tendências observadas nos anos 90, como o aumento da visibilidade dos EMGF em congressos, projetos de investigação e revistas científicas¹⁴ das disciplinas tradicionais. A viragem do século também trouxe a publicação de influentes e pioneiros dicionários¹⁵ e antologias com traduções de textos estrangeiros canónicos¹⁶, numa tentativa de preencher uma lacuna há muito identificada como problemática¹⁷. Desenvolveram-se vários novos

¹² Teresa Joaquim, “ex aequo: Contributo Decisivo para um Campo de Estudos em Portugal” in *Revista Estudos Feministas*, 12, n.º 3 (2004), pp. 88-93, p. 88.

¹³ Veja-se, no entanto, Teresa Pinto, *A Formação Profissional das Mulheres no Ensino Industrial Público (1884-1910)*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 2008; e Manuela Tavares, *Feminismos em Portugal: 1947-2007*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 2008, que nas suas teses de doutoramento (as duas primeiras em estudos sobre as mulheres concluídas em Portugal) oferecem um mapeamento da institucionalização da área até 2007.

¹⁴ Não só como artigos individuais, mas também como tema de número especial – veja-se, por exemplo, Ana Gabriela Macedo (ed.), “Dossier Género e Estudos Feministas” in *Diacrítica*, 22, n.º 3 (2008), pp. 9-158.

¹⁵ Zília Osório de Castro et alii (eds.), *Dicionário no Feminino: Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005; Ana Gabriela Macedo et alii (eds.), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto, Afrontamento, 2005.

¹⁶ Helena Costa Araújo et alii (eds.), *ex aequo*, 8 (Número especial: “Reconceptualizações Filosóficas e de Teoria Política: Perspectivas Feministas”), 2003; Teresa Levy et alii (eds.), *Ciência e Género. Quatro Textos de Quatro Mulheres*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006; Ana Gabriela Macedo (ed.), *Género, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Cotovia, 2002.

¹⁷ Anne Cova, “L’Histoire des Femmes au Portugal: le XXe Siècle” in *Écrire L’Histoire des Femmes en Europe du Sud. XIXe-XXe siècles*, Gisela Böck, et alii (eds.), Oeiras, Celta, 2003; Maria Luísa Ribeiro Ferreira, “Revisão de Ciência e Género: Quatro Textos de Quatro Mulheres” in *Philosophica*, 28 (2006), pp. 296-300.

projetos de investigação, nomeadamente ao abrigo dos protocolos firmados entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (ou antes dela, a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres) e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia para financiamento de investigação sobre relações sociais de género e políticas para a igualdade¹⁸. Um número sem precedente de conferências e seminários foi organizado desde 2000, incluindo o Congresso Feminista (26 a 28 de Junho de 2008), que foi coordenado pela organização feminista União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e contou com mais de 500 participantes, 160 apresentações sobre trabalho académico e ativista, e um extenso programa cultural.

No entanto, foi ao nível da oferta educativa que se verificaram algumas das mais significativas transformações. Foram criados vários cursos interdisciplinares de EMGF, muitos dos quais continuam em funcionamento: em 2003, o grupo de investigação *Faces de Eva* lançou um programa de pós-graduação em “Estudos sobre as Mulheres: As Mulheres na Sociedade e na Cultura”, que em 2006 se tornou num mestrado; em 2002, a Universidade Aberta acrescentou um programa de doutoramento ao seu programa de mestrado em “Estudos sobre as Mulheres” (criado em 1995, encontrase atualmente na 12ª edição, funcionando agora em regime de *e-learning*); o Grupo de Estudos Anglo-Americanos da Universidade de Coimbra lançou cursos de mestrado (2007) e doutoramento (2008) em “Estudos Feministas”, programas interdisciplinares com enfoque nas humanidades. Cursos de pós-graduação, cursos de verão e mestrados de outras áreas com uma forte componente de EMGF têm também sido oferecidos com maior ou menor regularidade nessas e noutras instituições¹⁹.

Estas transformações ao nível da quantidade e diversidade da oferta educativa em EMGF desenvolveram-se num período de reestruturação do ensino superior, espoletado em parte pela implementação do Processo de Bolonha (PB)²⁰. Quando inquiri as/os entrevistadas/os sobre o impacto

¹⁸ Houve quatro rondas de financiamento (1999, 2003, 2005 e 2008), nas quais a FCT e a CIDM/CIG receberam 203 candidaturas, financiaram 59 projetos e atribuíram 7,5 milhões de euros.

¹⁹ Maria Reynolds de Souza, “Instituições Onde se Realizam Estudos sobre as Mulheres”, in *Notícias da CIDM*, 68, n.º Out./Nov./Dez. (2003), pp. 21-22; Teresa Toldy, “Um Olhar sobre os Estudos de Género em Universidades Privadas”, in *Mulheres e Conhecimento*, Teresa Pinto, et alii (eds.), Vila Franca de Xira, APEM, 2011; Cristina Vieira, “A Dimensão do Género nos Currículos do Ensino Superior”, in *ex aequo*, 16 (2007), pp. 151-60.

²⁰ O PB, inaugurado pela Declaração de Bolonha (1999), é um processo transnacional de reforma educativa que teve como objetivo criar uma Área Europeia do Ensino Superior, nomeadamente através da harmonização dos graus aca-

do PB nos EMGF, muitas/os explicaram que a flexibilização e modularização de programas de estudo tinha gerado oportunidades valiosas para a criação de novas cadeiras sobre, ou incluindo, EMGF. Outras/os entrevistadas/os descreveram efeitos inversos. Muitas/os explicaram que, num contexto em que muitos departamentos se viam confrontados com a necessidade de condenser cursos de licenciatura de 5 anos em 3 anos para os tornar compatíveis com a estrutura de programas de 1.º ciclo prevista pelo PB, os temas entendidos como menos centrais no cânone das disciplinas tradicionais – incluindo muitas temáticas dos EMGF – foram descartados em algumas instituições. Referiram, além disso, que quando existem cadeiras de EMGF oferecidas como disciplinas optativas, estas nem sempre são escolhidas pelo número mínimo necessário de estudantes, já que num cenário em que os cursos são mais curtos, as/os estudantes não podem fazer tantas cadeiras optativas e muitas vezes preferem focar-se nas áreas mais canónicas dentro da sua disciplina de base²¹. Tal como Suárez e Suárez observaram relativamente à Espanha, Alemanha ou Hungria, a reestruturação dos ciclos de estudos universitários em Portugal foi guiado por, e deu origem a, uma “disciplinabilidade defensiva”²².

Muitas/os académicas/os tentaram utilizar o PB para consolidar ou expandir o espaço dos EMGF nas suas instituições, mas o sucesso dessas tentativas foi decisivamente afetado pela sua posição institucional e senioridade. Uma académica júnior relatou em entrevista que tinha sido particularmente difícil mobilizar a comunidade de EMGF para responder criticamente ao PB, em parte porque muitas/os das/os académicas/os séniores sentiam que o PB não lhes tinha causado problemas significativos, e como tal não consideravam necessário dinamizar iniciativas específicas a esse nível. Segundo Suárez e Suárez, “the spaces open to interdisciplinarity and Women’s Studies in higher education under the Bologna process are strongly marked by national systems and their interpretations of the Bologna requirements”²³. No entanto, esses espaços também são

démicos e procedimentos de garantia de qualidade, e da promoção da mobilidade geográfica de estudantes e docentes.

²¹ Cristina Vieira, “A Dimensão do Género nos Currículos do Ensino Superior” in *ex aequo*, 16 (2007), pp. 151-60.

²² Isabel Carrera Suárez et alii, “The Bologna Process: Impact on Interdisciplinarity and Possibilities for Women’s Studies” in *NORA*, 14, n.º 2 (2006), pp. 103-14, p. 107.

²³ *Idem*, *ibidem*, p. 103; Tradução: “os espaços abertos à interdisciplinidade e aos Estudos sobre as Mulheres no ensino superior no seio do processo de Bolonha são fortemente marcados pelas características dos sistemas de ensino nacionais e pelas suas interpretações dos requisitos de Bolonha”.

fortemente marcados pelas posições pessoais das/os académicas/os de EMGF, e como tal o PB pode produzir impactos muito diferentes também dentro de cada sistema nacional (ou até dentro da mesma instituição).

A mobilização coletiva foi também dificultada pelo facto de o panorama dos EMGF se ter tornado mais competitivo, em parte por causa do número crescente de programas de estudo e em parte devido à crescente ênfase da competitividade como critério de organização do ensino superior em Portugal. Esta última transformação foi causada, por um lado, pelo enfoque do PB na necessidade de organizar o ensino superior em função de lógicas de mercado²⁴ e, por outro lado, pela transformação do sistema de financiamento do ensino superior em Portugal. No início do séc. XXI, os modelos de financiamento vigentes passaram a assentar mais centralmente na “performance” das instituições, com a chamada “capacidade de atração de estudantes” a ser utilizada como indicador de qualidade a ser premiado financeiramente pelo estado²⁵.

Neste cenário, as/os académicas/os de EMGF passaram a competir diretamente entre si para atrair aquele que durante a década de 2000 era um “mercado” crescente, mas mesmo assim relativamente pequeno, de estudantes interessadas/os em formação em EMGF. Durante uma pausa para café numa conferência, uma académica júnior narrou essa situação nos seguintes termos:

“Com Bolonha, está a começar a haver muitas rivalidades e competitividade entre instituições, muitas mesmo. É um problema enorme e estou muito preocupada, porque não sei até que ponto é que o trabalho em rede é compatível com isso. As instituições [de EMGF] estão de costas voltadas, cada uma para seu lado, é um ambiente de salve-se quem puder!”.

Estas chamadas “rivalidades” não são inteiramente novas. Segundo várias/os entrevistadas/os, os EMGF em Portugal têm sido desde sempre algo fragmentados, caracterizados por uma falta de circulação regular de informação (nomeadamente sobre eventos) entre centros e grupos, e, em alguns casos, relações distantes (ou até mesmo tensas) entre indivi-

²⁴ Fátima Antunes, “Governação e Espaço Europeu de Educação: Regulação da Educação e Visões para o Projecto «Europa»”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75 (2006), pp. 63-93.

²⁵ Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, *Tertiary Education in Portugal: Background Report*, Lisboa, 2006.

duos, grupos ou disciplinas²⁶. Na opinião de seis entrevistadas/os, as transformações recentes no panorama do ensino superior português têm, a vários níveis, aumentado e alargado esses problemas de longa data.

Os EMGF no Presente e Futuro: Histórias Contestadas de Institucionalização Parcial

Confrontadas/os com estas transformações significativas, como é que as/os académicas/os de EMGF caracterizam o estado atual da institucionalização da área em Portugal? Para muitas/os, esta é uma pergunta difícil.

“Maria do Mar: *Como é que avalia a situação atual da área em Portugal? Pois, olhe, nem sei o que lhe hei-de dizer. Às vezes tenho [risos] uma perspectiva mais positiva e outras vezes mais negativa. Às vezes acho que se avançou. (...) Outras vezes acho que isto está tudo tão atrasado. [risos] Balanço-me um bocado entre as duas posições.*”

Entrevista com académica sénior em EMGF

Na comunidade dos EMGF, não há consenso quanto à avaliação da situação atual, história recente e futuro próximo. Quando falam em público sobre o estado da área, diferentes pessoas realçam de forma distinta as dimensões positivas e negativas das tendências atuais de institucionalização, geralmente em função da sua própria biografia, posição nos EMGF e na academia, ou ideais sobre aquilo que constitui um modelo desejável e produtivo de desenvolvimento do conhecimento em EMGF. Em vários momentos durante o trabalho de campo etnográfico – particularmente em conferências, reuniões de comités de organização de conferências e defesas de teses de doutoramento – observei situações em que afirmações sobre o estado atual dos EMGF foram abertas e explicitamente contestadas. Os dois excertos abaixo foram registados numa conferência de EMGF, durante o debate que se seguiu a uma apresentação plenária feita por uma oradora estrangeira, que descreveu a situação dos EMGF

²⁶ A Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) é vista como tendo um papel fundamental nos EMGF e isto em parte porque permite precisamente criar pontes entre académicas/os e fazer circular informação. Um membro da Direção da APEM (à data do trabalho de campo) explicou em entrevista: “A mais-valia da APEM é ser uma instituição neutra. As relações entre universidades são tais que há coisas que se fizer uma [universidade], as outras já não vão lá estar. Portanto, o facto de a APEM ser neutra significa que pode fazer coisas que mobilizam gente das várias universidades...”.

no seu país (explicando que o Estado promovia e apoiava diretamente o desenvolvimento da área de variadas formas).

“Estava a ouvir a colega e a pensar «que bom era se ouvíssemos isso sobre Portugal!» E ao mesmo tempo penso que todas estávamos a pensar que isto não era possível em Portugal! (...) Acho que de facto nós estamos num país em que praticamente estudos de género ou feministas ou de mulheres não temos, temos muito pouco reconhecimento e institucionalização, como estamos já cansadas de dizer e saber.”

Investigadora sénior em EMGF

“E eu também gostava de comentar a intervenção que a [nome] fez há pouco [c.f. excerto acima]. Não concordo com essa avaliação. Nós vamos ter alguma institucionalização, temos alguns estudos, o mestrado da Aberta, o mestrado de Coimbra. Não são realmente ainda muito conhecidos nem se pode dizer que estejam muito institucionalizados, mas existem.”

Investigadora sénior em EMGF

Várias académicas/os contestam as avaliações feitas por colegas não só porque as consideram factualmente incorretas, mas também porque entendem que essas avaliações têm pressupostos e efeitos excludentes. Quatro entrevistadas/os expressaram descontento e descontentamento com algumas das narrativas sobre o estado atual dos EMGF que circulam em Portugal, ou são apresentadas no estrangeiro, porque consideram que elas têm em conta apenas, ou principalmente, o trabalho realizado em contextos dominantes (as universidades das grandes cidades, por exemplo).

“Fico muito chateada quando dizem que não há estudos sobre mulheres ou feministas em Portugal! Trabalho muito nessa área há anos, e se me dizem que não há trabalho feito, fico furiosa! Isto acontece muito em Lisboa: dizem a estrangeiras que não se faz nada em Portugal e isso é passar-me um atestado de menoridade, e já me peguei com pessoas por causa disso! Não posso admitir isso. Nós cá em [nome da instituição] fazemos imensas coisas, e ninguém liga nenhuma!”

Investigadora sénior em EMGF
durante uma pausa para café num congresso

Um dos objetos de maior debate é o estatuto disciplinar da área. As/os entrevistadas/os e a literatura existente caracterizam os EMGF em Portugal como uma área em que a investigação e os padrões de citação tendem a estar organizados segundo fronteiras disciplinares convencio-

nais²⁷. De facto, muitas/os participantes descreveram-se a si próprias/os na entrevista como sociólogas/os, historiadoras/es, etc. com interesse em mulheres, género e/ou feminismo, e não como especialistas em EMGF. Isto tem sido descrito como consequência da estrutura marcadamente disciplinar da academia em Portugal, e do facto de os EMGF terem emergido na década de 80 num cenário de intensa competição e tensão entre disciplinas, em que o trabalho em EMGF só era reconhecido se fosse ancorado explicitamente numa disciplina tradicional²⁸. Oito participantes, incluindo académicas/os séniores e júniores, argumentaram que este é um problema sério, e que é fundamental promover investigação e diálogo interdisciplinar nos EMGF. Nas palavras de uma académica sénior:

“É preciso viajar entre disciplinas para trabalhar estes temas, é a única maneira de os estudar, e portanto a condição essencial para que esta área cresça neste país é eliminar barreiras disciplinares e promover de facto o pensamento livre, autónomo. E não se consegue em Portugal, acho que ainda não se conseguiu.”

Esta valorização da interdisciplinaridade não é, no entanto, uma posição consensual. Quatro participantes, todas/os académicas/os sénior, criticaram explicitamente aquilo a que uma chamou a “*mania da interdisciplinaridade*”. Segundo ela, “*hoje em dia toda a gente quer fazer trabalho interdisciplinar*” e isso

“não é uma coisa positiva, porque há coisas que tenho visto por aí que penso «isto não é nem carne nem peixe!» (...) Não há ali muito rigor, é tudo muito fragmentado, os poderes e os saberes. E isso não é muito bom, porque uma pessoa formada numa área sabe as regras da área, sabe os métodos de análise, e assim as coisas não são nem carne nem peixe. Isso só coloca ainda mais obstáculos ao desenvolvimento e legitimação desta área”²⁹.

²⁷ Virgínia Ferreira, “Estudos sobre as Mulheres em Portugal: a Construção de um Novo Campo Científico” in *ex aequo*, 5 (2001), pp. 9-25, p. 15; Teresa Joaquim, “Feminismos, Estudos sobre as Mulheres, ou «Para Onde Vai Este Barco?»” in *O Longo Caminho das Mulheres*, Lígia Amâncio, et alii (eds.), Lisboa, Dom Quixote, 2007.

²⁸ Maria José Magalhães, “Dez Anos da APEM: Percorrer as Vozes, Significar os Percursos” in *ex aequo*, 5 (2001), pp. 27-68.

²⁹ Para um exemplo escrito deste debate ver Nizza da Silva, 1999; “Passado e Presente nos Estudos sobre as Mulheres” in *Igualdade de Oportunidades: Género e Educação*, Félix Neto, et alii (eds.), Lisboa, Universidade Aberta, 1999, que contesta o valor da interdisciplinaridade, e Maria Teresa Santos, “Recensão de

Tal como acontece em várias comunidades de EMGF estrangeiras – como demonstra Hark³⁰ – os EMGF em Portugal são descritos nas entrevistas como *demasiado* interdisciplinares, e também como *insuficientemente* interdisciplinares. Esta divergência de posições ilustra bem a diversidade de perspetivas e ideais que caracteriza esta área de estudos, e demonstra que narrar o estado atual da institucionalização dos EMGF é sempre um projeto não só descritivo, mas também normativo – esse estado será interpretado e avaliado em função das nossas ideias particulares sobre aquilo que os EMGF devem ser.

Entre toda esta hesitação, diversidade e contestação na descrição do estado atual dos EMGF em Portugal, um elemento comum a todas as narrativas apresentadas em entrevistas ou na literatura é a observação de que os EMGF se encontram presentemente num estado a que proponho chamar *institucionalização parcial*. Os EMGF são atualmente mais aceites mas esta aceitação é seletiva (i.e., só é concedida a alguns aspetos dos EMGF), precária e não se verifica em todas as disciplinas, instituições, comunidades ou revistas científicas. Além disso, essa crescente aceitação não se traduz sempre e necessariamente em apoio institucional sólido e continuado aos EMGF, ou na leitura e citação de investigação em EMGF por pessoas fora da área. Como explicou uma académica sénior, a área “*é aceite, mas não aclamada*”. Membros do Núcleo de Investigação em Género e Estudos Feministas (NIGEF) da Universidade do Minho escrevem que “*é nas «entrelinhas» da academia, aos finais da tarde*” que têm conseguido criar espaços de reflexão feminista³¹. Uma académica júnior ofereceu a seguinte caracterização da institucionalização parcial dos EMGF em Portugal:

“Os estudos de género estão numa situação mais ou menos intermédia, é uma consolidação que está-se a consolidar mas na margem. (...) Ou seja, não é uma coisa que as pessoas não reconhecem completamente, ou não valorizem, ou que não saibam que existe, não é uma coisa que esteja completamente não legitimada, mas é algo que ainda está ali muito [risos], é uma consolidação marginal”.

ex *aequo* (n.º 1)” in *Faces de Eva*, 3 (2000), pp. 221-24 e Ana da Silva et alii, “Estudos Culturais, Estudos sobre as Mulheres e Estudos Culturais sobre as Mulheres” in *ex aequo*, 5 (2001), pp. 123-47, que oferecem duas respostas críticas à sua argumentação.

³⁰ Sabine Hark, “Magical Sign: On the Politics of Inter- and Transdisciplinarity” in *Graduate Journal of Social Science*, 4, n.º 2 (2007), pp. 11-33.

³¹ Emília Fernandes, “Elas por Elas: Corpos Ruidosos, Corpos Silenciados em Contexto Organizacional” in *Diacrítica*, 22, n.º 3 (2008), pp. 87-102, p. 89.

Um elemento desta institucionalização parcial que causa particular preocupação e consternação às/aos entrevistadas/os é a precariedade dos espaços de EMGF.

“No [nome de grupo de investigação] estamos a tentar desbravar muitos caminhos, que nunca estão conquistados. Sim, porque as questões de género nunca estão inteiramente conquistadas. Acho que isto tem altos e baixos. Há momentos em que de facto parece que grandes avanços têm sido conseguidos, mas temos que estar sempre a pensar como defender as conquistas, como manter o nosso trabalho, como evitar retrocessos.”

Investigadora sénior em EMGF

O problema da precariedade da área é considerado particularmente premente ao nível da educação. Nas palavras de uma académica sénior:

“É um bocado complicado, não chego a perceber se a área está verdadeiramente implantada aqui na faculdade. Se começar a pensar nisso, digo que não está. Nós temos um mestrado, está bem, mas temos certa dificuldade em mantê-lo. (...) Este ano foi bom em candidaturas, mas o ano passado foi péssimo, houve poucas pessoas e aquilo correu mal. E basta as candidaturas serem baixas durante um par de anos, e a existência do curso fica logo em causa”.

De facto, na história recente dos EMGF em Portugal existem vários exemplos de cursos e cadeiras em EMGF que tiveram de fechar pouco tempo depois de abrirem. Como tal, o aumento da oferta educativa na área é encarado sempre como uma conquista temporária, que tem de ser constantemente defendida através de trabalho intenso.

A sustentabilidade dos recursos humanos nos EMGF é outra grande preocupação dentro da comunidade. As/os entrevistadas/os falam de forma muito positiva do aumento significativo do número de investigadoras/es mais jovens a fazer trabalho doutoral e pós-doutoral em EMGF em Portugal, afirmando que esse aumento permite e promove a diversificação e revigoração da área. Um académico sénior explicou:

“Acho muito entusiasmante o trabalho que alguma malta jovem anda a fazer, trabalham sobre temas novos e diferentes, com pensamento mais claramente feminista, e com mais cruzamento entre disciplinas”.

Outro entrevistado, um investigador júnior, comenta que:

“Uma área percebes que está a crescer quando as pessoas não estão todas a estudar o mesmo. Em Portugal já há muita gente a fazer coi-

sas diversificadas, o que possibilita uma ideia de futuro para a área. (...) Há aqui um efeito em rede e exponencial de criação de novos saberes, que acho importantíssimo. Noto que (...) as pessoas estão cada vez mais a querer fazer coisas diferentes”.

No entanto, e segundo várias/os entrevistadas/os, as características das estruturas de recrutamento de pessoal nas universidades portuguesas, por um lado, e os profundos cortes no financiamento do ensino superior, por outro, impedem que esse potencial de “*futuro para a área*” se concretize na prática. Como tal, receia-se que estas dinâmicas de expansão e renovação esmoreçam. Segundo uma académica sénior em EMGF:

“Há mais gente nova e gente interessada. O meu grande medo é que as instituições não possam dar resposta e se perca esta gente nova por falta de enquadramento institucional. As pessoas estão a envolver. Não estamos em época de crescimento, e as pessoas novas, por muita atividade que tenham, têm mesmo muita dificuldade em arranjar emprego nas universidades”.

A estrutura da carreira académica em Portugal tem sido descrita em relatórios nacionais e internacionais como extremamente restritiva quanto às possibilidades de recrutamento, progressão e renovação³². Com a diminuição do financiamento para o ensino superior e ciência, os recentes cortes nos gastos com a função pública³³ e a redução do número de estudantes num contexto de mudança demográfica³⁴, são muito limitadas as oportunidades de entrada na carreira académica. Isto tem gerado um gradual envelhecimento do pessoal docente universitário³⁵ e dificultado a integração de investigadoras/es emergentes. As promoções do pessoal docente existente também têm sido afetadas.

Segundo as/os entrevistadas/os, este quadro geral afeta negativamente a sustentabilidade institucional dos EMGF a dois níveis. Por um lado, as/os académicas/os de EMGF que estão empregues nas universidades, a grande maioria atualmente no escalão de professor/a assistente ou associado/a, dispõem de reduzidíssimas possibilidades de progressão na carreira, e como tal tem acesso muito restrito a posições de tomada de

³² MCTES, 2006; OCDE, *Tertiary Education in Portugal*, Paris, 2007.

³³ Cortes esses que, como sabemos, se tornaram ainda mais dramáticos no período após o trabalho de campo que aqui descrevo.

³⁴ MCTES, 2006.

³⁵ Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, *Docentes do Ensino Superior [2001 a 2012]*, Lisboa. Acessível em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/93/>, 2013.

decisão³⁶. Por outro lado, o acesso de investigadoras/es emergentes a posições de longo-prazo nas universidades está quase completamente bloqueado. Como não existem posições reservadas para EMGF, não há garantia de que haja substituição direta das/os especialistas de EMGF que se reformarão nos próximos anos.

Isto cria um panorama nacional de *institucionalização individualizada* dos EMGF. Em muitos locais, a existência da área está associada a, e dependente da, presença de uma ou duas pessoas, em alguns casos com posição relativamente baixa na hierarquia institucional. Como tal, a continuidade da área nunca está inteiramente assegurada, visto que está sujeita às contingências da vida profissional e pessoal desses indivíduos. Uma académica sénior relatou assim a sua experiência de institucionalização individualizada:

“As questões de género e feminismo aqui na faculdade agora são naturais, entre aspas, quero dizer, são vistas como «as coisas da [nome da entrevistada]», mas parecem ter sucesso porque há muita gente a querer fazer coisas. Agora poderia propor muito mais, só que não tenho recursos humanos para o fazer, porque nunca tive poder antes para constituir grupo. Agora que tenho poder simbólico, não tenho poder formal porque não tenho recursos. Agora posso dizer que no meu departamento tenho uma perfeita aceitação. Integração, essa parte é que não sei bem, só quando sair é que se verá. Não sei se um dia quando sair, aquilo morre. Porque não há lá grupo. A gente que há é gente que está a fazer doutoramento e depois vai à sua vida. Tenho ideia de que não se está a constituir nada verdadeiramente consistente que fique, porque está muito personalizado em mim”.

Uma académica júnior ecoa estas observações e preocupações:

“Tudo se faz [nos EMGF] em Portugal a partir de pessoas concretas e isoladas! Ou seja, nada se institucionaliza, a área são as pessoas. Se elas estão, fazem, às vezes com muito esforço, se não estão, desaparece. Está muito dependente das pessoas, para bem e para mal! Se a pessoa tem estatuto, temos sorte, mas depois se há algum azar com ela, pronto, acabou, porque não há nada institucionalizado”.

Não há dúvida de que, desde 2000, tem havido avanços significativos na institucionalização dos EMGF em Portugal, mas o carácter *parcial* e

³⁶ Helena Costa Araújo, “Participação das Mulheres e Democracia na Universidade” in *Género, Educação e Política: Múltiplos Olhares*, Tânia Suelly Antonelli, et alii (eds.), São Paulo, Ícone, 2009.

individualizado dessa institucionalização, e o facto de ela ter tido efeitos *ambivalentes*, exigem atenção vigilante e negociação constante.

Avanços e Retrocessos, Mudanças e Continuidades: Conclusão

“Tem havido mudanças muito grandes e boas nos últimos anos, mas acho que há muitos problemas que se mantêm. Nuns aspetos há avanços, mas depois noutros há retrocessos. As coisas ora estão bem, ora estão mais para baixo. Podemos dizer que nesta área as coisas têm ficado ao mesmo tempo mais fáceis e mais difíceis.”

Entrevista com académica sénior

Neste artigo, procurei articular as muito diversas experiências e opiniões de académicas/os de EMGF para construir uma análise da história recente e estado atual da institucionalização da área em Portugal. Há que realçar que esta é apenas uma análise entre muitas possíveis. Nenhuma narrativa é exaustiva e os debates em torno destas questões são intensos; como tal, a análise que aqui apresento tem de ser entendida como *parcial*³⁷ e contestável. Tal como a citação de entrevista que abre esta secção, a minha análise demonstra a dificuldade em avaliar linear e univocamente a institucionalização dos EMGF. Argumento que o estado atual de institucionalização dos EMGF em Portugal é caracterizado por articulações ambivalentes de consolidação e fragilização. Há mais, e mais diversos, espaços de investigação e ensino em EMGF. No entanto, a institucionalização da área permanece *parcial, precária e individualizada*, e não é idêntica em todas as instituições e disciplinas. Tem havido um aumento desde 2000 da quantidade de recursos potencialmente ao dispor das/os especialistas em EMGF (como financiamento para projetos de investigação ou propinas de estudantes), mas esse valioso aumento tem tido também efeitos menos positivos, gerando, entre outras coisas, sentimentos mais intensos de competição, tensão e fragmentação.

Esta articulação de fatores leva as/os académicas/os da área a expressar o que proponho chamar um *otimismo qualificado* face à história recente e futuro próximo dos EMGF. O seu otimismo é qualificado a qua-

³⁷ Procurei entrevistar o maior número e diversidade, de pessoas, e estão representadas na amostra muitas instituições, disciplinas, posições teóricas e políticas, e gerações. No entanto, qualquer estudo produz exclusões: as vozes das pessoas que menos têm publicado sobre estas questões, ou que não pude entrevistar, estão menos representadas.

tro níveis, realçados de forma distinta por cada pessoa. É um *otimismo cauteloso*³⁸ porque para muitas/os académicas/os é demasiado cedo para identificar os impactos reais a longo-prazo das mudanças que se têm registado no séc. XXI. É um *otimismo ambivalente* porque muitas dessas mudanças são descritas como tendo efeitos positivos e negativos, e como tal as/os académicas/os tanto as aplaudem como criticam. O Processo de Bolonha e a crescente importância da competição como critério de organização do ensino superior são dois exemplos desta ambivalência. É também um *otimismo ansioso* porque as/os entrevistadas/os consideram que há razões para celebrar, mas também sinais inequívocos de que os EMGF se confrontam, ou vão confrontar em breve, com problemas gravíssimos, nomeadamente ao nível da sustentabilidade e renovação. Por todas as razões acima, é um *otimismo vigilante*, com as/os entrevistadas/os a explicar que sentem necessidade de estar “*constantemente e cuidadosamente atent[as/os]*” (nas palavras de uma académica sénior) ao que acontece em cada momento e contexto.

Refletindo sobre o estatuto dos EMGF no Reino Unido, Evans argumenta que “*monolithic patriarchy no longer exists in all its glory in universities (though many tattered remnants remain) and so how to intervene (...) becomes a more complicated issue. (...) The old world has (...) in part disappeared, but what has taken its place is full of ever changing shifting sands*”³⁹. Esta observação pode ser aplicada também ao contexto português no momento presente de intensa mudança. Entre avanços e retrocessos na institucionalização dos EMGF, é fundamental continuar-mos atentas/os às “*areias movediças*” da academia portuguesa, compreender melhor as ambivalências e paradoxos que caracterizam a história dos EMGF no séc. XXI, e trabalhar em conjunto para encontrar formas sustentáveis de negociar estes complexos desafios.

³⁸ Embora defina o termo de forma diferente, a minha utilização é inspirada por Jonathan Dean, *Rethinking Contemporary Feminist Politics*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2010, que propõe um “*otimismo cauteloso*” face ao atual movimento feminista no Reino Unido.

³⁹ Mary Evans, “*Ivory Towers: Life in the Mind*” in *Feminist Academics: Creative Agents for Change*, Louise Morley, et alii (eds.), London, Taylor & Francis, 1995, p. 83. Tradução: “*O patriarcado monolítico já não existe com toda a glória nas universidades (embora muitos resquícios esfarrapados subsistam) e portanto a questão «como intervir?» torna-se mais complicada. O antigo mundo desapareceu em parte, mas aquilo que o substituiu está repleto de areias movediças em constante mudança.*”

Maria do Mar Pereira, Professora Auxiliar de Sociologia e Género na Universidade de Warwick (UK), e investigadora no CEMRI (Univ. Aberta) e CIEG (Univ. Lisboa). Doutorada em Género na London School of Economics, e formada em Sociologia pelo ISCTE. Publicou o livro *Fazendo Género no Recreio: a Negociação do Género em Espaço Escolar* (Imprensa de Ciências Sociais, 2012) e vários artigos em revistas científicas, como *Feminist Theory*, *European Journal of Women's Studies*, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, e *ex aequo*. Mantém um envolvimento ativo em redes europeias de Estudos sobre as Mulheres e Género, e em movimentos feministas em Portugal e no estrangeiro. Contacto: m.d.m.pereira@warwick.ac.uk

PENSAR A IGUALDADE NUMA PERSPECTIVA DE GÉNERO: NOTA BREVE SOBRE UM PERCURSO LONGO NO DISCURSO POLÍTICO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Maria Regina Tavares da Silva

Resumo

A partir do discurso político da comunidade internacional, analisa-se o caminho percorrido relativamente ao princípio fundamental da igualdade para mulheres e homens. Caminho em que o conceito de “género” tem sido objecto de debate e em que têm sido identificados objectivos e estratégias para alcançar o que hoje se designa por Igualdade de Género, com diversas vertentes. Não apenas combate à discriminação, mas também construção da igualdade, não só formal mas substantiva, centrada na realidade vivida por mulheres e homens, e tendo em conta as circunstâncias históricas e culturais que a condicionam.

Palavras-chave: género, igualdade; Nações Unidas, discurso político.

I – Introdução: a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres – momento-chave na afirmação do conceito e da perspectiva de género

Em Setembro de 1995 realizou-se em Pequim a IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, em que a comunidade internacional apontou orientações políticas para o progresso da situação das mulheres e para a construção do que hoje se chama Igualdade de Género. Foi precisamente no processo negocial, que a precedeu, e na própria Conferência que o termo “género” foi objecto de debate e de polémica que não foram até hoje completamente encerrados.